



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS	-1. MAR. 1980		

BANCA E SEGUROS

REPRIVATIZAÇÃO ABRE POLÊMICA NO PARLAMENTO

Três ministros e três secretários de Estado estiveram ontem de manhã na Assembleia da República, dando solenemente início à apreciação da proposta de lei n.º 288/1, que autoriza o Governo a alterar a lei n.º 46/77 de 8 de Julho, vulgarmente conhecida por Lei de Delimitação dos Sectores Público e Privado da economia. No debate, intervieram já o ministro-adjunto do primeiro-ministro, o ministro das Finanças, e Vital Moreira, que num veemente discurso traçou já uma panorâmica da Oposição frontal do PCP ao que se considera «a segunda contra-revolução legislativa».

Apesar de os protestos e pedidos de esclarecimento, devido ao adiantado da hora, terem ficado para a sessão de segunda-feira, as palavras de Vital Moreira não ficaram este fim-de-semana sem um protesto do ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, que as considerou «injuriosas e caluniosas para o Governo».

«A Constituição será cumprida»

Mais serena, apesar dos risos da bancada da Oposição, foi a intervenção do ministro-adjunto do primeiro-ministro Pinto Balsemão, afirmando que ao alterar a lei n.º 46/77 o Governo está a cumprir uma promessa eleitoral e o seu programa e «não escamoteia o debate».

Segundo as suas palavras, enquanto este Governo estiver no Poder, «A Constituição será cumprida». Nestes dois meses o Governo já deu provas do seu integral respeito pela Constituição, e precisou:

«Enquanto estiver em vigor a Constituição de 1976, o Governo respeitá-la-á, portanto, e que não haja dúvidas sobre isso».

Quanto à matéria em análise — autorização legislativa para alterar a Lei de Delimitação dos Sectores Público e Privado, Pinto Balsemão afirmou ser «perfeitamente constitucional a iniciativa do Governo». Segundo as suas palavras, não haverá desnacionalizações, nem é esse o objectivo da revisão da lei n.º 46/77. E acrescentou:

«O Governo não tenciona alterar os artigos 1.º, 2.º, 4.º, alíneas a), b), c), d), e), f), g) e h), 5.º, alíneas a), b), c) e d), 7.º e 10.º de lei n.º 46/77».

O relançamento do investi-

miã portuguesa [...]. Neste sentido, a abertura de alguns sectores à iniciativa privada, pelo acréscimo de concorrência que permitirá, será um factor altamente positivo e estimulante na melhoria da eficiência das empresas públicas».

«As razões apontadas — acrescentou — para alterar a lei n.º 46/77 acresce uma pelo menos tão importante: a integração na CEE, que, nesta Câmara é apoiada pelo PSD, pelo PS, pelo CDS, pelo PPM e pelos reformadores, é uma opção política, mas é também uma opção por um modelo económico baseado nas regras do mercado. Não faz sentido proceder a uma escolha deste tipo e pretender manter vários sectores isolados da concorrência. O que não tem nada a ver, repito, com a manuten-

em breve um decreto-lei que, entre outros aspectos, permitirá a empresas privadas a actividade [sic] a ligadora, em condições a fixar por via legal.

«Quanto às indústrias de base — precisou Pinto Balsemão — considera-se dever ser livre o seu exercício concorrencial pelo sector público e pelo sector privado, excepto no que diz respeito às indústrias de armamento, de refinação de petróleo, petroquímicas de base e siderúrgicas, domínios em que o acesso das empresas privadas deve ficar condicionado.

«Por outro lado, pensa-se dever permitir que, quando tal se mostre necessário ou conveniente para uma melhor realização do interesse público e dos objectivos do Plano, e ouvidos os trabalhadores, a exploração ou gestão de empresas públicas ou seus estabelecimentos comerciais ou industriais seja confiada a entidades privadas».

Finalmente «mantém-se vedado o acesso da iniciativa privada a diversas actividades e sectores de interesse colectivo, que vão desde a produção, transporte e distribuição de energia eléctrica para consumo público até à exploração de portos marítimos e aeroportos».

Em resposta às perguntas da Oposição (cinco deputados do PCP, dois do PS e o representante da UDP) o ministro-adjunto do primeiro-ministro recordou que os sectores básicos de economia estão defendidos. O Governo não pediu autorização legislativa devido a pressões existentes. O Governo precisa, sim, de «instrumentos jurídicos para preparar o país para a sua entrada na Europa, precisa de defender-se perante o investimento estrangeiro. Há bancos e companhias de seguros de empresas estrangeiras privadas, mas não existem nacionais. É uma injustiça que se tem de corrigir.»

O ministro da Defesa justificou a sua presença como uma indicação da solidariedade colegial existente no Conselho de Ministros:

«O Governo não é soma-

PINTO BALSEMÃO: — NÃO HAVERÁ QUAISQUER DESNACIONALIZAÇÕES



VITAL MOREIRA: GOVERNO PPD/CDS DESNACIONALIZA O PRÓPRIO ESTADO



tório de ministros, cada um a orientar as suas políticas para seu lado.»

«A lei caiada dos gabinetes a liquidação das nacionalizações»

Com certa solenidade, Vital Moreira subiu à tribuna para denunciar as intenções

do Governo, que, «mediante esta proposta de lei, pretende dismantlar o sector público e reconstituir integralmente o capitalismo em todos os domínios. Mas não propõe que seja a AR a fazê-lo — pede uma autorização legislativa para o efeito e pede mais: pede processo de urgência para essa autorização legislativa».

«O Governo mantém a AR

inundada com pedidos de ratificação de decretos-lei e retira-lhe, por outro lado, a possibilidade de se pronunciar directamente sobre uma matéria que constitucionalmente lhe é reservada — considerou o deputado comunista.

Segundo as conclusões de Vital Moreira, o Governo pretende:

«Esvaziar a AR das suas atribuições mais nobres, man-

tendo-a ocupada com questões menores (que o próprio Governo podia e devia facilmente resolver); furtar à discussão pública, a contradita denunciatória e a crítica da Oposição às propostas que traduzem as peças mais graves do projecto de golpe institucional do Governo; transfere para o silêncio dos

(CONTINUA NA 11.ª PAGINA)

Questões económicas aquecem S. Bento

INTERPELAÇÕES AO GOVERNO COMEÇAM NA TERÇA-FEIRA

Estão marcadas para terça-feira e para os dois dias seguintes as interpeleções do PCP e PS ao Governo, sobre política económica, o que provocará um debate parlamentar de cerca de 14 horas.

O debate começará na terça-feira, às 15 horas, e prolongar-se-á pelos dias 5 e 6, a partir das 10 horas. Ao PCP e PS será concedida uma hora a cada para as intervenções de abertura, enquanto o Governo terá ao seu dispor duas horas.

Durante o debate, generalizado a todos os partidos, PCP, PS, PSD, CDS e Governo terão uma hora cada; UDP, MDP, PPM e Reformadores beneficiarão de 25 minutos cada.

mento produtivo constitui uma das prioridades fundamentais do actual Executivo. Neste processo cabe um importante papel à iniciativa privada. Mas, lembrou Pinto Balsemão, o «sector público continuará naturalmente a ter o seu lugar e também as suas particulares responsabilidades na dinamização dos investimentos e no desenvolvimento da econo-

ção de um importante sector nacionalizado em vários ramos da actividade económica».

Iniciativa privada não terá acesso à energia, portos e aeroportos

A autorização legislativa permitirá ao Governo aprovar



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS	-1. MAR. 1980		

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

(CONTINUADO DA 2.ª PÁG.)

gabinetes ministeriais e dos conciliábulos entre o Governo e a CIP aquilo que teme submeter à discussão clara e aberta na AR. Tal como, há dias pretendeu fazer aprovar pela calada da noite, sem ninguém a ver, a revogação da lei que proíbe a venda do património empresarial público, agora pretende aprovar, pela calada dos gabinetes, a lei da liquidação das nacionalizações.

«CDS é que marca o tom governamental»

«Fundamentalmente — prosseguiu — o Governo pretende desvalorizar a AR e furtar-se à discussão política de fundo desta iniciativa. Mas, se o decreto-lei que o Governo vier a elaborar for publicado, o PCP reserva-se o direito de suscitar a suspensão e ratificação, embora sabendo que são poucas as possibilidades de essa ratificação entrar.»

Para Vital Moreira, «o Governo só tem pressa em pagar a factura à oligarquia financeira que o apoia, enquanto que em relação aos restantes compromissos eleitorais só tem pressa em esquecê-los.»

Juntamente com a revogação da lei que proíbe a alienação do património empresarial público, a proposta de lei apresentada pelo Governo inicia, segundo aquele deputado comunista, «a segunda contra-revolução legislativa, a segunda fase, correcta e aumentada, do processo de restauração do domínio capitalista do sistema económico português.»

Esta proposta é no seu

entender, do CDS, e é uma indicação de que este partido é quem marca o tom governamental. «Ele enferma de um simples princípio: prejuízos públicos e lucros priva-

CNE REQUER MAIS FUNCIONÁRIOS

A Comissão Nacional das Eleições (CNE) decidiu pedir ao Parlamento que coloque ao seu serviço mais funcionários.

Na última reunião, a CNE procurou solucionar o problema da falta de pessoal para análise das actas de apuramento das eleições autárquicas.

Os membros da CNE resolveram ainda elaborar um relatório sobre diversos aspectos da legislação e do processo eleitoral.

A CNE funciona junto da Assembleia da República e tem ao seu serviço apenas três funcionários, todos pagos pelo Parlamento.

dos. Apesar da indicação de que a lei respeita a constituição ela é, segundo Vital Moreira, inconstitucional.

«O sentido político desta proposta governamental — acrescentou — torna-se evidente. A verdadeira mudança que o Governo se propõe está à vista. É a reconstituição sem limites da oligarquia financeira que se prepara. É a entrega do domínio público da economia ao poder privado do capital que se consuma. É a captura do poder político pe-

lo poder económico da grande finança que se ensala».

«Gestão do Estado já está entregue a entidades privadas»

No seu entender, o Governo revela-se como um autêntico Governo de interesses privados. «O Governo é ele mesmo — acrescentou — um conjunto de grupos de interesses a governarem-se a si mesmo. Confirma-se que a Direita não governa — governa-se.»

«Dir-se-ia — precisou Vital Moreira — que na sua ânsia contra as nacionalizações o Governo PPD/CDS desnaciona-

UM ORIGINAL PROTESTO «ECOLOGISTA - PS»

Após uma intervenção de José Manuel Casqueiro, que criticava Miranda Calha (PS), Igrejas Casleiro (PS) pediu à mesa autorização para formular um protesto. O presidente, julgando que o deputado não fora ofendido, perguntou a razão do pedido, a Igrejas Casleiro explicou:

«Fui agredido e protesto contra a poluição sonora que está a fazer o deputado Casqueiro. Eu penso que comigo estão também os ecologistas.»

liza o próprio Estado, e que na sua sofreguidão de abrir tudo à iniciativa privada abre-lhe a própria República. Tal como na economia, também na política deixa de haver delimitação entre sector público e sector privado. A própria ges-

tão do Estado já está entregue a entidades privadas».

As palavras de Vital Moreira motivaram sete pedidos de inscrição para pedidos de esclarecimento e protestos dos deputados da maioria AD. Mas, porque «certas insinuações ao Governo não podiam ficar durante o fim-de-semana sem um protesto», o ministro da Defesa Nacional, Amaro da Costa, apesar do adiantado da hora, obteve autorização para protestar contra certas afirmações «injuriosas, ofensivas e caluniosas» para o Governo do discurso daquele deputado comunista. Em contraprotesto, Vital Moreira disse que a defesa do Governo feita por Amaro da Costa (CDS) e não pelo ministro-adjunto do primeiro-ministro (PSD) é uma indicação de que o CDS domina o Governo.

PS quer saber o que vai fazer o Governo no domínio da Agricultura

No período de antes da ordem do dia, o deputado do PSD Rui Amaral assinalou a abertura do processo de negociação colectiva das condições de trabalho dos portugueses da Função Pública, «processo esse abrangendo, por proposta dos sindicatos, a generalidade dos temas contidos, no genérico da expressão utilizada e, nomeadamente com reflexos imediatos nas finanças públicas, a revisão das remunerações dos activos, aposentados e pensionistas da Função Pública».

Os sindicatos representativos de trabalhadores da Função Pública, segundo recordou, são, em Portugal, no domínio

da legislação comum, meramente consentidos, já que a lei sindical expressamente os exclui.

«Mais do que o programa do Governo — acrescentou aquele deputado do PSD — o Governo anunciou já publicamente que vai negociar. E que está disposto a negociar».

Miranda Calha (PS) traçou uma panorâmica do problema agrícola, no nosso país, sector que se encontra estagnado pelo menos há um quarto de século.

Aquele deputado afirmou que no processo de entrega de reservas há indicativos de ilegalidades. «As promessas eleitorais da AD não estão a ser cumpridas, verificando-se inclusive, nomeações para cargos de relevo de pessoas que merecem ao PS e aos agricultores as maiores desconfianças».

Para o PS, a política do Governo não permitirá resolver os problemas de agricultura, pois o Governo anseia simplesmente «reconstruir um certo passado».

No entanto, o PS reconhece a necessidade de introduzir-se alterações na chamada Lei de Bases da Reforma Agrária e a importância de uma profunda reflexão sobre o problema agrícola.

As suas palavras motivaram críticas dos deputados da maioria à actuação dos governos socialistas, especialmente de José Manuel Casqueiro, que não compreende a mudança sistemática do PS em matéria de Reforma Agrária.

Para Miranda Calha, neste momento, a questão é simples: «Há um Governo que fez promessas e até este momento não fez nada. O PS quer saber, de uma vez por todas, o que vai fazer este Governo.»